



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13162 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

UM OLHAR À META 9 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024: A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin - UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cássia Cilene de Almeida Chalá Machado - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFSC

UM OLHAR À META 9 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024: A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS

Resumo: Trata-se de um estudo, de caráter bibliográfico e documental, que analisa a Meta 9 do PNE 2014-2024, sobre as taxas de alfabetização da população maior de 15 anos. *Situa-se o problema do estudo, os primeiros olhares para o PNE e para a meta 9 e, na sequência,* o monitoramento da meta no contexto da pandemia. Os resultados apontam que a população de 15 anos ou mais de idade foi e é atingida pelo analfabetismo funcional em contexto de pandemia. Com o aumento das desigualdades sociais e econômicas a população foi “desassistida” por parte do Governo Federal (2019-2022), evidenciado pelo desmonte das políticas públicas, particularmente as de bem-estar social, entre elas a educação.

Palavras chaves: Plano Nacional de Educação (PNE); Meta 9; Educação de Jovens e Adultos; Taxas de alfabetização.

Introdução

Frente à inércia de ações do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) em investir na educação pública e assegurar a milhões de brasileiras e brasileiros a educação como direito humano, é essencial enfatizar que o PNE, previsto pela Lei nº 13.005/2014 ^[1], possui vinte metas a serem cumpridas até 2024 em prol da melhoria da educação e da eliminação do analfabetismo em nosso país, pois:

É por meio dos direitos humanos que o valor da liberdade passa a ser posto no horizonte como fundamento essencial da vida, cuja realização exige regras e formas de convivência capazes de garantir a igualdade para todos os sujeitos. O modo possível de operar essa igualdade tem sido defendido pela democracia como valor universal (PAIVA, 2021, p.38).

O PNE (2014-2024), representa um marco fundamental das políticas públicas educacionais no Brasil, uma vez que sua construção foi alicerçada na participação de diferentes agentes envolvidos, proveniente da articulação produzida entre o Estado e a sociedade civil. [2]

Apresenta-se [3] uma análise acerca da Meta 9 desse PNE, que consiste em elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, “erradicar [4]” o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Primeiros olhares sobre a temática

A Política Nacional de Alfabetização – PNA já sinaliza que será difícil cumprir as metas 5 e meta 9 até 2024, contudo, o que se pode notar foi que a sua maior preocupação se volta à alfabetização de todas as crianças até o 3º ano (dos anos iniciais) e, decide incluir, as crianças na primeira infância, as quais sequer condizem com a demanda de alfabetização apontada pelo PNE. Em relação ao público-alvo da EJA, a pessoa idosa inexistente no PNA, conforme constata-se a seguir:

Quanto à situação da população de jovens e adultos, os indicadores apresentam um quadro ainda insatisfatório. Um comparativo das edições de 2012 a 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente pelo IBGE [5], indica um aumento da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, passando de 91,4% para 93%. No entanto, não foi alcançada a elevação dessa taxa para 93,5% até 2015, estabelecida na meta 9 do PNE, e faltam ainda 7,0 pontos percentuais para a erradicação do analfabetismo absoluto, projetada para 2024 (BRASIL, 2019, p. 12).

As “evidências” na própria PNA, não foram suficientes para direcionar a atenção para a existência de – pessoas idosas, adultas e jovens – da EJA e dos onze milhões de analfabetos em nosso país (Pnad, 2019). Ainda acerca da meta 9, em sua estratégia 9.12, o destaque deste estudo vai para as pessoas idosas, afirmando que:

9.12. considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

(BRASIL, 2014, p.69).

Portanto, o PNE aponta caminhos para uma educação inclusiva, demonstrando a sua preocupação para com as pessoas idosas, como demanda real e potencial da Educação de Jovens e Adultos. Mas para tal, é essencial que as instituições públicas valorizem as pessoas de 60 anos ou mais de idade, os seus saberes (as experiências existenciais) e que o desejo de ler e escrever, seja tomado como direito, direito de ter qualidade na sua educação formal, direito de ter uma vida digna, direito de lutar com a sua classe social, dentre outros direitos.

Observa-se, então, como a construção social inicia seu processo de complexificar o sentido de direito, já que o que antes poderia resumir um direito — escola para todos —, não mais se faz suficiente, se esta escola não garante a todos o saber ler e escrever com qualidade. Isto não configura um outro direito, mas se amalgama à ideia original de tal maneira, que impõe pensar direito à educação nessa significação ampla: ir à escola e aprender a ler e a escrever como leitor/escritor experiente do texto e do mundo, considerando-se a diversidade de sujeitos e suas experiências e trajetórias de vida. (PAIVA, 2021, p. 38).

Ademais, para que as pessoas idosas sejam inseridas nas ações educacionais em sua integralidade, há necessidade de readequações curriculares, com metodologias específicas para que elas tenham as reais condições de aprendizagem no ensino que lhes é ofertado (EJA).

Entre as dez diretrizes apontadas no PNE (2014-2024), três metas são consideradas como de maiores desafios para as políticas educacionais, são elas: a melhoria da qualidade da educação, a valorização dos profissionais de educação e a “erradicação” do analfabetismo.

O monitoramento da Meta 9 em tempos de pandemia

Em relação ao momento de pandemia, os destaques apresentados acerca do PNE com ênfase na Meta 9 têm por base o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, publicado em 2020 e o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento, divulgado em 2022. É de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep):

elaborar relatórios de monitoramento das metas e análises sobre os desafios específicos em cada temática, além de realizar estudos para subsidiar o monitoramento do plano. A publicação dos relatórios [...] ocorre a cada dois anos. (BRASIL, 2020).

De acordo com o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE de 2020 (o período analisado foi de 2012 a 2019), em relação à meta 9, nos indicadores 9A e 9B, que correspondem à taxa de alfabetização ^[6] da população de 15 anos ou mais de idade e à taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Primeiramente, foi apresentada uma série histórica acerca dos indicadores, com realce para as desagregações por grandes regiões, Unidades da Federação, localização, sexo,

cor/raça e renda, cujas estimativas desses indicadores se apoiam na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNADC) de 2012 a 2019.

Sobre a taxa de alfabetização (indicador 9A) de pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 93,4%, o que revela que essa meta, foi quase alcançada em 2019, e que faltam “somente” 6,6 pontos percentuais para atingir a meta de 100% de alfabetizados em 2024.

No que se refere às taxas de alfabetização, as regiões Norte (92,4%) e Nordeste (86,1%) apresentaram as menores taxas, abaixo da taxa do país, as demais regiões permaneceram com as taxas de alfabetização elevadas. Os estados do Nordeste não chegaram nem a 90% em 2019, situação ainda mais preocupante nos estados de Alagoas (em torno de 83%), Paraíba (cerca de 84%) e Piauí (próximo a 84%) que sequer conseguiram alcançar as menores taxas de alfabetização.

Na relação entre a localização de residência e a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, a área urbana (95,1%) manteve-se com maior população alfabetizada de 15 anos ou mais de idade do que a área rural (82,9%), no ano de 2019.

As taxas de alfabetização e a categoria de cor/raça, apontam a persistente desigualdade entre negros (91,1%) e brancos (96,4%), mesmo que essa diferença sofreu uma redução no período.

No que diz respeito à renda domiciliar, a diferença entre a taxa de alfabetização da população do estrato dos 25% mais ricos (97,8%) e dos 25 % dos mais pobres (87,5%) se manteve até o ano de 2018, inclusive, foi constatado uma queda em ambas as taxas de alfabetização dessas populações atingindo os mais pobres.

Em relação ao analfabetismo funcional (indicador 9B) e as regiões brasileiras, o Norte e o Nordeste permanecem com as taxas elevadas e acima da taxa nacional. Em 2019, todos os estados do Nordeste registraram taxas de analfabetismo funcional superiores a 19%, com a situação mais crítica em Alagoas e Piauí. Na região Norte, o maior índice da taxa (em torno de 20%) foi obtido pelo Acre e Tocantins. Enquanto as regiões Sul e Sudeste, mantiveram as suas taxas abaixo da taxa nacional (14,1%).

Sobre a taxa de analfabetismo funcional e a localidade de residência, em 2019, a alta taxa foi registrada na população de 15 anos ou mais residente em áreas rurais (31,2%), uma diferença expressiva em comparação a população de áreas urbanas (11,4%).

Em relação ao analfabetismo funcional entre as populações: negra e branca, em 2019, a população negra (17,5%) foi significativamente mais atingida do que a branca (9,8%) e com relação a desigualdade social, os pobres (20,0%) são quase quatro vezes mais atingidos do que os ricos (5,3%).

Acerca da taxa de alfabetização por sexo, em 2019, apresentou – em termos percentuais – uma discreta diferença , ainda que pequena, a favor das mulheres de 93,7%,

enquanto os homens obtiveram cerca de 93,1%.

No Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento de 2022 e com o foco na meta 9, em 2021, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade de nosso país foi de 95,0%, porém ainda falta 5,0 p.p. (percentual elevado) para cumprir a meta dos 100% alfabetizados até 2024.

No período de 2012 a 2021, as regiões Nordeste (89,5%) e Norte (94,5%) mantiveram as menores taxas de alfabetização consideradas para o País (95,0%), enquanto as regiões Sudeste (97,5%), Sul (97,5%) e Centro-Oeste (96,2%) com taxas favoráveis. Sendo que,

Em 2021, as maiores e as menores taxas de alfabetização ocorreram no Amapá (96,0%) e em Tocantins (93,3%), no Norte; em Pernambuco (91,3%) e na Paraíba (86,4%), no Nordeste; no Rio de Janeiro (98,4%) e no Espírito Santo (95,3%), no Sudeste; e no Distrito Federal (em torno de 98%) e em Goiás (95,6%), no Centro-Oeste. Nos estados do Sul, praticamente, não houve diferença nas taxas de alfabetização: Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambos com 98%) e Paraná (97%) (BRASIL, 2022, p. 226).

Quanto à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais idade em relação à localidade de residência, em 2021, permanece a diferença entre a taxa de alfabetização das áreas urbanas (96,3%) e rurais (87,0%).

A disparidade também se faz presente entre as taxas de alfabetização de negros (93,4%) e brancos (97,0%) em 2021, ainda que os dados apontem uma redução no período de 2012 a 2021. E de igual modo, é mantida “[...] a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (89,4%) e dos 25% mais ricos (98,2%), em 2019” (BRASIL, 2022, p. 227).

Com relação aos diferenciais por sexo, em 2021, a taxa de alfabetização de mulheres foi maior (95,3%) que a dos homens (94,8%).

Vale frisar que, embora a taxa de analfabetismo funcional esteja em tendência de queda, chegando a 11,4% no ano de 2021, ainda está muito distante da meta de 8,9% para alcançar até 2024, sobretudo pela necessidade de investimentos na educação brasileira, em especial na EJA.

Algumas reflexões

Os dados indicam que essa população de 15 anos ou mais de idade foi e é atingida pelo analfabetismo funcional em contexto de pandemia, momento este em que a população ficou “desassistida” pelo governo federal (2019-2022) com o desmonte ^[7] das políticas públicas, pelo agravamento da fome, da miséria, do desemprego, da violência.

O estudo aponta a desigualdade social e a urgência de políticas públicas, posto que, em 2021, as taxas de analfabetismo funcional de pessoas na faixa etária de 15 anos ou mais de

idade possui maior incidência em áreas rurais (25,6%) e cada vez menos em áreas urbanas (9,2%), atinge mais pessoas negras (14,0%) do que as brancas (8,3%), bem como as pessoas pobres predominam nas taxas do analfabetismo funcional.

Para quem ainda não sabe o porquê da persistência do analfabetismo em nossa sociedade capitalista, cabe lembrar que, se quem educa é a própria sociedade. Ela mesma é a produtora do analfabetismo, logo, há que se levar em conta, as inter-relações sociais e o modo de como o exercício do poder se processam na distribuição de renda adotada em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 2019.

_____. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

_____. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação**: Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação**: Rio de Janeiro, 2020.

PAIVA, J. **Por que celebrar os 20 anos de aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos?** e-Mosaicos, v. 10, p. 15-42, 2021.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

[1] O Plano Nacional de Educação definiu os objetivos, as metas e as estratégias para o ensino em todos os níveis de ensino a serem efetuados de 2014 a 2024.

[2] Rua (2009, p.19) esclarece que a política pública “[...] geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”.

[3] O estudo integra uma tese de doutorado que analisa os impactos da pandemia de Covid-19 na vida de estudantes idosos e idosos em turmas de alfabetização da EJA de uma rede municipal em SC.

[4] Critica-se o uso do termo “erradicação” nos documentos, pois o mesmo carrega em si pensar o analfabetismo como doença e não como condição social gerada pelas desigualdades.

[5] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[6] Um dado a ser considerado é que até o ano de 2015, a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade havia alcançado 93,5% (Inep, 2020, p. 209).

[7] O balanço realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (2022).